



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**Pregão Eletrônico n.º 90007/2024**

*Processo Administrativo n.º 08084.001182/2024-41*

**NUCTECH DO BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.892.624/0001-99, com sede na Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, KM 57 Norte, Helvetia, Indaiatuba/SP, por seus representantes legais infra-assinados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021; e no Item 10 do edital do certame em epígrafe, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, com pedido de efeito *suspensivo*, aos termos do instrumento convocatório, pelos motivos de fato e de direito em seguida expostos.

**I. SÍNTESE DOS FATOS E DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**

Trata-se de Pregão Eletrônico (nº 90007/2024), instaurado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, objetivando a *“Contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, de equipamentos de detecção de metais da marca NUCTECH, modelos CX6040BI, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.”*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Estando o objeto do certame essencialmente relacionado ao âmbito de atuação da Impugnante, esta pretende apresentar proposta para a





participação no Pregão Eletrônico, mas não sem antes esclarecer alguns aspectos que podem impactar diretamente em sua formulação.

Isso porque, o Edital, tal como redigido, possui algumas falhas que, se devidamente sanadas, permitirão não somente a oferta de melhores propostas do ponto de vista técnico e financeiro, como a ampliação da competitividade, que consiste em um dos principais fins de todo e qualquer procedimento licitatório.

Sendo certo, ademais, que o saneamento das falhas em seguida apontadas influenciará, de forma inequívoca, na elaboração das propostas dos futuros licitantes, se faz necessária a incidência do artigo 55, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, com a consequente republicação do instrumento convocatório devidamente corrigido.

Diante disso, apresenta-se esta impugnação de forma tempestiva, com o fim de esclarecer aspectos que podem ocasionar dúvidas fundadas com relação à elaboração da proposta, bem como ampliar o universo de possíveis competidores, caso devidamente sanadas, permitindo que a Administração Pública atinja às finalidades propostas para o certame, como se passa a demonstrar em seguida.

## **II. DOS PONTOS PASSÍVEIS DE CORREÇÃO E DA NECESSÁRIA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE**

### **2.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Com relação à prestação de serviços de manutenção corretiva, o Termo de Referência traz a seguinte disposição:

*5.4.2.1. Os serviços de manutenção corretiva consistirão em: (...)*

**6. Correção do defeito em até 3 (três) dias úteis contados do envio da solicitação de manutenção;**



Ocorre, senhor pregoeiro, que o prazo de três dias úteis para a solução de defeitos é inexecutável, uma vez que a correção de eventual defeito apresentado pelos equipamentos envolve não somente o prazo para diagnóstico do problema, como também, caso se comprove necessário a troca de partes e peças, o prazo de aquisição, transporte e chegada destas no local de instalação.

Sendo assim, considerando a observância do princípio da razoabilidade e a necessidade de organização interna e logística da empresa contratada, de modo a garantir a regularidade e excelência na execução do futuro contrato, pugna-se pela alteração do disposto, conforme indicado abaixo:

*5.4.2.1. Os serviços de manutenção corretiva consistirão em: (...)*

*6. Correção do defeito em até 3 (três) dias úteis contados do envio da solicitação de manutenção, **salvo nas situações que exijam peças a serem fornecidas;***

### III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se seja a presente Impugnação ao Edital acolhida em seu efeito suspensivo para, no mérito, **ser provida em sua integralidade**, retificando os itens do instrumento convocatório acima aludidos, passíveis de restrição à competitividade e violação aos princípios aplicáveis, realizando-se a republicação do edital, devidamente saneado, e respectivo prosseguimento regular do certame.

Termos em que pede deferimento.

Indaiatuba, 13 de setembro de 2024.

---

**JULIANO CAMPOS NOGUEIRA**  
**DIRETOR COMERCIAL**  
**NUCTECH DO BRASIL LTDA.**

